

NOVO DATAFOLHA/ACT: POPULAÇÃO, INCLUSIVE FUMANTE, CONCORDA COM AUMENTO DE PREÇOS DE CIGARROS

Mais da metade da população brasileira entrevistada pelo Instituto Datafolha a pedido da ACT Promoção da Saúde (66%) acha que o reajuste do preço mínimo dos maços de cigarros, ocorrido em setembro de 2024, foi adequado (17%) ou deveria ter sido maior (49%). Entre os fumantes, há quase um empate mas com uma menor proporção de apoio ao aumento: 48% acham adequado ou que poderia ter sido maior e 49% acham que deveria ter sido menor.

Mesmo entre os entrevistados menos favorecidos economicamente (Classe C) há apoio para o aumento: 67% estão de acordo ou pensam que poderia ter sido maior. O preço mínimo dos cigarros passou de R\$ 5 para R\$ 6,50 o maço, depois de oito anos sem nenhum reajuste. Na França, o maço custa R\$ 68.

A pesquisa entrevistou 1.921 pessoas com mais de 18 anos, fumantes e não fumantes, em 113 municípios de todo o país, entre os dias 4 e 8 de novembro de 2024. Seu objetivo foi conhecer a percepção sobre o aumento do preço mínimo dos cigarros e como ele impacta no consumo.

Uma alta parcela da população (75%) também acredita que os reajustes de preço de cigarros deveriam ser anuais. Entre fumantes este índice é até maior: 79%. O impacto no consumo fica evidente: 66% pensaram em parar de fumar, 49% diminuíram o consumo e 32% referiram ter mudado a marca que consumiam.

Em maio, a ACT divulgou [nota técnica](#) apoiando o aumento do preço mínimo dos cigarros, pois desde 2016 o valor ficou inalterado em R\$ 5. Se tivesse sido utilizado apenas o reajuste pelo índice de inflação desde aquele período até 2024, esse valor deveria ser, atualmente, de R\$ 12,76 por maço. As frutas, por exemplo, tiveram reajuste de 65% só nos últimos quatro anos.

“Nada justifica que o preço dos cigarros tenha ficado inalterado por tanto tempo, tornando um produto tão nocivo mais acessível à população. Na avaliação da ACT Promoção da Saúde, este ajuste deveria ter sido até maior, com reajustes anuais, e a população parece ter o mesmo entendimento. Esperamos que a reforma tributária contribua para corrigir estas distorções ao instituir o imposto seletivo sobre produtos de tabaco. Produtos saudáveis devem ser mais acessíveis, e não cigarros”, diz Mônica Andreis, Diretora Geral da ACT Promoção da Saúde.

Os cigarros entraram no imposto seletivo na reforma tributária aprovada em dezembro de 2024 e sancionada pela presidência da República em janeiro de 2025. A adoção do imposto seletivo para produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente visa desestimular seu consumo e taxar de forma mais elevada produtos com externalidades negativas. O imposto seletivo inclui tabaco, bebidas alcoólicas e adoçadas, além de outros com impacto ambiental.

A Receita Federal divulgou, em janeiro, que teve uma arrecadação 200% maior em 2024, com o reajuste de setembro, correspondente a R\$ 5,4 bilhões. O valor total foi de R\$ 8,16 bilhões em 2024, contra R\$ 2,72 bilhões em 2023.

É sempre bom lembrar do custo do tabagismo à sociedade. São mais de R\$112 bilhões queimados por ano, sendo R\$67,2 bilhões em custos de tratamentos de doenças e mais R\$45 bilhões em perda de produtividade, enquanto apenas R\$8 bilhões em impostos federais são arrecadados, de acordo com o [Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria](#).

A política de preços e impostos é considerada, pela Organização Mundial da Saúde, como uma das medidas mais efetivas para prevenir e diminuir o número de mortes precoces em decorrência do tabagismo. As evidências mostram queda na proporção de jovens adultos que fumam, pela adoção desta e outras medidas de controle do tabaco, mas o índice parou de cair em anos recentes no Brasil, um reflexo direto do enfraquecimento desta medida, comprometendo a bem-sucedida política de controle do tabaco do país.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), o percentual de usuários de derivados do tabaco foi 12,8% em 2019. Em 2013, a prevalência de tabagismo era de 14,9%. Já o Vigitel (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico) permite observar a tendência anual, e nota-se que o percentual de fumantes está estagnado em especial desde 2018 (9,3% versus 9,3% em 2023).

A nova pesquisa Datafolha pode ser [acessada aqui](#).